



Comissão Permanente de Legislação
e Jurisprudência

Revogada pela Resolução TJRR/TP n. 30, de 22 de junho de 2016.

RESOLUÇÃO TJRR/TP N. 27, DE 16 DE MAIO DE 2012.

~~Altera o art. 290 do Regimento Interno
do Tribunal de Justiça de Roraima.~~

~~O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, em sua
composição plenária, no uso de suas atribuições legais, e~~

~~CONSIDERANDO a implantação do processo eletrônico no 1ª. Grau de Jurisdição e a
previsão de sua adoção também no 2º Grau;~~

~~CONSIDERANDO a impossibilidade de apensamento dos agravos de instrumento físicos aos
processos eletrônicos de origem; e~~

~~CONSIDERANDO o que consta no Procedimento Administrativo n. 2011/22267,~~

RESOLVE:

~~Art.1º O art. 290 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima passa a
vigorar com a seguinte redação:~~

~~“Art. 290. Transitados em julgado as decisões ou os acórdãos, proferidos em
agravos de instrumento, a Secretaria do Tribunal Pleno e a Secretaria da
Câmara Única arquivarão os autos após a devida comunicação ao juízo de
origem.”~~

~~Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.~~

~~Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.~~

Des. Lupercino Nogueira
Presidente

Des. Ricardo Oliveira
Vice-Presidente

Des. Almiro Padilha
Corregedor Geral de justiça

Des. Mauro Campello



Comissão Permanente de Legislação
e Jurisprudência

~~Membro~~

~~Juiz Convocado – Euclides Calil Filho~~

~~Membro~~

Este texto não substitui o original publicado no DJe, [edição 4792](#), 17.5.2012, p.4.